

Resumo de notícias econômicas

16 de junho de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 111

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 16 DE JUNHO DE 2021

EM CADA ESTADO, UM ENTRAVE DIFERENTE (16/06/2021)

Unidades da Federação impõem dificuldades aos empreendedores, mostra Banco Mundial

O Estado de S. Paulo

AMBIENTE DE NEGÓCIO

• Estados brasileiros vão bem em alguns quesitos, mas piores em outros. Nenhum lidera em tudo, todos têm deficiências e mesmo os destaques de bom desempenho estão abaixo da média mundial

ESTADO	RANKING GERAL - FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS	RANKING ABERTURA DE EMPRESAS	OBTEÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO	RANKING REGISTRO DE PROPRIEDADES	RANKING PAGAMENTO DE IMPOSTOS	RANKING EXECUÇÃO DE CONTRATOS
SP	1 ^o	14 ^o	15 ^o	11 ^o	19 ^o	3 ^o
MG	2 ^o	12 ^o	3 ^o	12 ^o	17 ^o	8 ^o
RR	3 ^o	25 ^o	1 ^o	11 ^o	18 ^o	5 ^o
PR	4 ^o	2 ^o	7 ^o	14 ^o	4 ^o	12 ^o
RJ	5 ^o	6 ^o	8 ^o	2 ^o	25 ^o	18 ^o
TO	6 ^o	23 ^o	5 ^o	13 ^o	15 ^o	9 ^o
MS	7 ^o	22 ^o	2 ^o	6 ^o	8 ^o	17 ^o
SE	8 ^o	15 ^o	24 ^o	18 ^o	24 ^o	1 ^o
CE	9 ^o	13 ^o	4 ^o	15 ^o	21 ^o	15 ^o
PI	10 ^o	3 ^o	10 ^o	21 ^o	23 ^o	11 ^o
GO	11 ^o	27 ^o	6 ^o	3 ^o	6 ^o	10 ^o
DF	12 ^o	26 ^o	18 ^o	10 ^o	8 ^o	2 ^o
RO	13 ^o	10 ^o	23 ^o	17 ^o	2 ^o	4 ^o
AC	14 ^o	24 ^o	11 ^o	25 ^o	22 ^o	6 ^o
MA	15 ^o	5 ^o	27 ^o	20 ^o	10 ^o	7 ^o
AM	16 ^o	18 ^o	14 ^o	8 ^o	7 ^o	15 ^o
PB	17 ^o	20 ^o	9 ^o	23 ^o	14 ^o	20 ^o
AL	18 ^o	8 ^o	16 ^o	7 ^o	3 ^o	22 ^o
MT	19 ^o	21 ^o	17 ^o	16 ^o	16 ^o	14 ^o
SC	20 ^o	4 ^o	19 ^o	4 ^o	13 ^o	26 ^o
RN	21 ^o	16 ^o	13 ^o	26 ^o	11 ^o	16 ^o
RS	22 ^o	7 ^o	20 ^o	24 ^o	12 ^o	21 ^o
PA	23 ^o	1 ^o	25 ^o	8 ^o	27 ^o	24 ^o
BA	24 ^o	17 ^o	12 ^o	22 ^o	26 ^o	23 ^o
AP	25 ^o	19 ^o	21 ^o	27 ^o	5 ^o	13 ^o
ES	26 ^o	9 ^o	22 ^o	5 ^o	1 ^o	27 ^o
PE	27 ^o	11 ^o	26 ^o	19 ^o	20 ^o	25 ^o

Um raio X do ambiente de negócios no Brasil, divulgado ontem pelo Banco Mundial, mostra que é mais fácil abrir uma empresa no Pará, obter alvarás de construção em Roraima, registrar uma transferência imobiliária em São Paulo, pagar impostos no Espírito Santo e resolver uma disputa comercial em Sergipe. O resultado do relatório Doing Business Subnacional Brasil 2021 mostra que nenhuma localidade tem todas as boas práticas para incentivar e facilitar a atividade empresarial. Há forte variação do ambiente de negócios entre os 26 Estados e o Distrito Federal. Mesmo os que se destacam em uma frente têm deficiências em outras.

É o caso de São Paulo, que obteve o melhor desempenho geral na facilidade de fazer negócios. Embora tenha ficado em 1.º lugar no registro de transferências imobiliárias, o Estado é o 14.º na abertura de empresas, 15.º na obtenção de alvarás

de construção e 19.º no pagamento de impostos. Já o Espírito Santo, que lidera na facilidade de pagar impostos, ficou em penúltimo lugar no ranking geral porque teve desempenho aquém dos demais Estados nos outros quesitos avaliados. Os capixabas são o 5.º em registro de propriedades, 9.º em abertura de empresas, 22.º em alvarás de construção e último colocado em execução de contratos.

O relatório do Banco Mundial também mostrou comparações entre os Estados para ilustrar as disparidades entre as regiões. Os custos para se abrir uma empresa, por exemplo, são quase dez vezes mais altos em Mato Grosso do que no Ceará, principalmente por causa dos custos dos alvarás municipais. Abrir um negócio leva 9,5 dias em Minas Gerais e 24,5 dias no Distrito Federal. Além disso, empresas que precisam resolver uma disputa comercial descobrirão que o processo é mais barato e quase três vezes mais rápido em Sergipe do que no Espírito Santo. Em Roraima, por sua vez, leva-se um terço do tempo observado em Pernambuco para uma empresa obter os alvarás para a construção de um armazém.

Os Estados foram avaliados pelas suas capitais. Para o organismo multilateral, a disparidade dos resultados mostra que em todas as localidades há oportunidade de “troca de experiências” para aprimorar o ambiente. “Há exemplos de boas práticas em Estados de todas as regiões, níveis de renda e tamanhos”, diz o Banco Mundial no relatório.

A especialista em desenvolvimento do setor privado do Banco Mundial, Laura Diniz, afirma que, mesmo os líderes em determinados critérios, ainda estariam abaixo da média de países da OCDE. “Mesmo que replicassem todas as boas práticas do Pará (para abertura de empresas), o Brasil ainda teria desempenho abaixo da OCDE”. Segundo ela, a complexidade de negócios e a burocracia são desafios em todos os Estados. “No Brasil, na média, são necessários 11 procedimentos para abrir negócios.” No diagnóstico do Banco Mundial, as principais causas para a complexidade burocrática incluem a falta de coordenação entre as agências envolvidas nos processos e uma implementação desigual e fragmentada dos programas de reforma.

O desempenho geral nas cinco áreas mostra que fazer negócios é mais fácil em São Paulo, Minas Gerais e Roraima. Isso significa que esses três Estados tendem a ter

regulamentação de negócios mais eficiente, ou seja, as empresas conseguem operar com processos mais rápidos, simples e menos custosos do que a média nacional.

O relatório foi encomendado pelo governo brasileiro, por meio da Secretaria-geral da Presidência, e financiado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), pela Febraban e pelo Sebrae. O ministro da Secretaria-geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, diz que o governo tem como objetivo criar condições para o Brasil se aproximar das 50 primeiras colocações entre os países com melhor ambiente de negócios do mundo. No ranking global, com 190 países, o Brasil ocupa hoje a 124.^a posição em termos de ambiente de negócios.

Alta do PIB afasta colapso na dívida (16/06/2021)

Broadcast

As projeções iniciais eram catastróficas. Tanto para 2020 quanto para 2021, estimativas indicavam que a dívida bruta brasileira chegaria a 100% do PIB. Conforme as previsões, esse nível de endividamento seria decorrência da queda de arrecadação provocada pela crise e do aumento dos gastos públicos feitos para amenizar os efeitos da pandemia de covid-19. O cenário mudou, e bancos e casas de análise, nas últimas semanas, passaram a rever para baixo o nível de endividamento do País – que, agora, está mais perto de 80% do PIB.

No ano passado, o endividamento já havia surpreendido não só porque o PIB brasileiro recuou menos do que o esperado (-4,1%, ante estimativas que chegaram a -9,1%) como também porque a economia internacional não sofreu tanto quanto se imaginava, sobretudo a chinesa, que importou em larga escala. O resultado disso – aliado a uma taxa de juros relativamente baixa – foi que a dívida do Brasil terminou 2020 em 89,3% – longe dos 102,3% que chegou a prever o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas, ainda assim, registrando uma alta de 15 pontos percentuais na comparação com 2019.

Agora, a tendência é de que se repita o ocorrido em 2020, com o endividamento surpreendendo positivamente. O Itaú Unibanco, por exemplo, foi um dos bancos que mudaram sua projeção recentemente, de 84,1% do PIB para 81,9% neste ano e de 84,5% para 81,6% em 2022. No Bradesco, a revisão para 2021 foi de

89,7% para 84,6% e, no Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, de 86,1% para 84%. Uma parte dessas revisões foi feita porque o crescimento de 1,2% do PIB no primeiro trimestre foi superior ao estimado inicialmente pelos economistas. Um PIB mais elevado significa tanto uma arrecadação do governo maior quanto uma proporção dívida/pib menor (mantendo a dívida constante).

Outro fator que fez os economistas reduzirem as projeções de endividamento foi o aumento da arrecadação do governo em um ritmo bastante superior ao do crescimento do PIB. “A arrecadação ligada ao lucro das empresas está muito forte. Está subindo mais de 40% ano contra ano”, diz o economista Pedro Schneider, do Itaú. Segundo Schneider, entre as explicações para esse incremento está o fato de algumas empresas terem parado de recolher impostos no começo da pandemia por terem tido prejuízo e o atraso no pagamento das alíquotas devido a dificuldades de caixa. A economia se recuperando, as companhias estão regularizando a situação. Ainda de acordo com o economista, a receita total do governo (incluindo arrecadação com impostos, royalties, dividendos e concessões) em 2021 deve ser R\$ 70 bilhões superior ao valor projetado. No total, deverá alcançar R\$ 1,759 trilhão – 4,2% a mais do que se esperava.

O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, lembra também que a alta na arrecadação pode estar relacionada à melhora no mercado de trabalho formal. Nos quatro primeiros meses do ano, o saldo no número de vagas foi de 957,9 mil. O economista destaca que uma arrecadação avançando a um ritmo maior do que o do PIB é uma situação típica em saídas de crise. “Nos processos recessivos, o lucro contrai. A empresa tem prejuízo fiscal. Quando a economia volta, o lucro contábil cresce rápido (e o pagamento de impostos).”

A prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses não deve alterar o endividamento de forma significativa, na avaliação do economista Matheus Rosa Ribeiro, do IBRE/FGV. Isso porque o gasto atual do governo com a ajuda financeira tem ficado abaixo do esperado. Há, portanto, uma sobra orçamentária. A ela, deve ser adicionado um gasto de R\$ 11 bilhões, que muda o cenário apenas “marginalmente”.

Na avaliação do economista Bráulio Borges, da consultoria LCA, as condições para manter a sustentabilidade da dívida nos próximos anos são favoráveis. Apesar de

o endividamento ser elevado, um crescimento da economia ao redor de 2,5% ao ano e uma taxa básica de juros em torno de 6,0% podem ajudar a garantir a solvência do País.

Bolsonaro fala em pagar R\$ 300 no Bolsa Família (16/06/2021)

O Estado de S. Paulo

Jair Bolsonaro afirmou que o novo Bolsa Família pagará R\$ 300 em média aos beneficiários. O anúncio surpreendeu. As tratativas eram para reajustar o valor dos atuais R\$ 190 para R\$ 250.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o novo Bolsa Família pagará R\$ 300 em média para os beneficiários do programa, em um anúncio que pegou integrantes do próprio governo de surpresa. Até agora, as tratativas das equipes eram para reajustar o valor médio do benefício social dos atuais R\$ 190 para R\$ 250.

A reformulação do Bolsa Família vem sendo discutida em um momento de queda da popularidade do presidente. Porém, técnicos ouvidos pela reportagem dizem que o valor proposto por Bolsonaro em entrevista à filiada da TV Record em Rondônia não cabe no teto de gastos previsto para 2022. O teto é a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

Durante a entrevista, Bolsonaro citou que a inflação de produtos que compõem a cesta básica ficou “em torno de 14%”, e alguns itens chegaram a subir 50%. “E o Bolsa Família, a ideia é dar um aumento de 50% para ele em dezembro, para sair de média de R\$ 190, um pouco mais de 50% seria (o aumento), para R\$ 300. É isso que está praticamente acertado aqui”, disse.

Bolsonaro afirmou ainda que hoje “está na casa dos 18 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família” – na verdade, são 14,7 milhões, segundo dados de maio do Ministério da Cidadania – e ponderou que se trata de um número “bastante grande”. “Pesa para a União, mas nós sabemos da dificuldade da nossa população. Então a equipe econômica bateu o martelo nesse novo Bolsa Família a partir de dezembro, de R\$ 300 em média”, afirmou o presidente.

Cálculos internos do governo apontam que o incremento do Bolsa Família até a média de R\$ 250 – ou seja, um aumento de aproximadamente R\$ 60 mensais –

representa um custo adicional de R\$ 18,7 bilhões para o ano que vem. Levar a média aos R\$ 300 informados por Bolsonaro, adicionando mais R\$ 50 mensais às famílias, teria efeito ainda maior nas despesas com o programa, um impacto que não cabe no espaço que se abrirá no teto. Técnicos do governo continuam a trabalhar com um valor de R\$ 250.

TIM capta R\$ 1,6 bi em maior título de dívida sustentável

(16/06/2021)

Broadcast

A TIM Brasil acertou a captação de R\$ 1,6 bilhão por meio da emissão de debêntures de infraestrutura atreladas a compromissos no campo ambiental e social. É a primeira operação do gênero no setor de telecomunicações no País e a maior já realizada em todo o segmento de infraestrutura, superando a emissão de R\$ 1,5 bilhão da concessionária de ferrovias Rumo, em maio – um sinal de apetite crescente por esse tipo de investimento. A obtenção do selo de sustainability linked debenture (SLD) depende da definição de metas claras e que possam ser monitoradas. Neste caso, a TIM prometeu, entre os objetivos, levar o 4G para todos os 5.570 municípios do Brasil até o fim de 2023 – no fim do ano passado, eram 3.877 municípios atendidos. A iniciativa vai conectar cidades com menos de 30 mil habitantes, que não fazem parte das exigências da Anatel. Essas localidades costumam ficar de fora dos investimentos prioritários das teles por não oferecerem retorno financeiro.

O segundo compromisso da TIM é aumentar em 80% sua eficiência energética até 2025. Isso significa transportar mais dados por unidade de energia desprendida. Se cumprir as metas, a TIM terá redução de até 0,25 ponto porcentual no pagamento da dívida com a emissão das debêntures, que vencem em 7 anos. O Bureau Veritas foi contratado para certificar se está tudo nos conformes. As debêntures têm um único subscritor, o Itaú BBA. O banco tem atuado para ajudar as empresas nesse tipo de emissão e relacionar os compromissos ESG (ambiental, social e de governança) ao perfil de negócio dos proponentes. Toda a emissão de R\$ 1,6 bilhão da TIM ficará no balanço do Itaú BBA, que não pretende realizar vendas no mercado secundário.

Alerta sobre o ritmo da vacinação (16/06/2021)

Broadcast

O primeiro alerta público de que a vacinação estava aquém do ritmo possível mesmo com o atraso nas encomendas de imunizantes - foi dado por Daniel Leichsenring, economista-chefe da Verde Asset. Em artigo no fim de maio, no 'Brazil Journal', ele mostrava em gráficos as entregas em curvas estáveis e ascendentes, enquanto as doses aplicadas permaneciam em linha quase reta. No mercado financeiro, em que mudanças na expectativa de retomada significam ganhos ou perdas grandes, o Verde preferiu tornar suas estimativas públicas - o que levou concorrentes e o mercado a fazerem suas próprias contas e se posicionar em relação ao cálculo.

No texto, Leichsenring pedia a mudança de critérios para a vacinação. Em sua análise, o descompasso seria causado por estoques para a segunda dose ou por cálculos em relação aos portadores de comorbidade - que não teriam correspondido à realidade. Isso porque os postos continuavam sem filas - e com estoques - enquanto a demanda reprimida explodia.

O movimento foi visto como "campanha" pela vacinação, já que o Verde poderia ter lucrado sozinho. Em março, Luis Stuhlberger, sócio da gestora, foi o primeiro grande investidor a vir a público questionar a postura do governo federal no combate à doença.

Duas semanas após a publicação, o governo de São Paulo antecipou a vacinação por faixa etária e criou uma espécie de "corrida" com outros Estados, para se tornar o primeiro a vacinar toda a população - e ganhar pontos na corrida eleitoral. O impacto do texto no governo do Estado teria sido grande. Segundo a secretaria de Saúde, não houve erros de cálculos, mas aumento na previsão de entregas de vacinas. O governo diz que trabalha de calculadora na mão na hora de tomar decisões e não foi impactado pelos cálculos de Leichsenring.

Os lançamentos de imóveis na pandemia (16/06/2021)

Broadcast

A pandemia não está prejudicando os resultados das maiores incorporadoras imobiliárias do País. Mesmo que, por causa do aumento de casos de contaminação pelo novo coronavírus, medidas de restrição à circulação de pessoas tenham sido intensificadas em várias cidades, o que exigiu o fechamento de estandes de vendas de imóveis, os lançamentos somaram 26.384 unidades no primeiro trimestre deste ano. O total é 38,8% maior do que o de igual trimestre de 2020, período praticamente normal para a economia, pois inclui apenas duas semanas da crise que reduziria drasticamente a atividade econômica.

São dados que mostram o desempenho de 18 empresas de todo o País, com atuação mais forte na Região Sudeste, filiadas à Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). As vendas nos primeiros três meses do ano somaram 34.823 unidades, com aumento de 21,4%. Já o total vendido nos 12 meses terminados em março foi de 144.688 unidades, 27,1% mais do que o dos 12 meses anteriores.

Esses resultados, surpreendentes se comparados com o desempenho de outros segmentos da economia, que se recuperam em ritmo bem mais lento, é uma demonstração da confiança dos empreendedores e da demanda dos consumidores por casa própria, analisa o presidente da Abrainc, Luiz França. “Ninguém esperava que o mercado imobiliário teria o comportamento que teve na pandemia”, diz França. “Foi uma surpresa para investidores.” “O ambiente de negócios permanece propício, com grande atratividade para o investimento em imóveis em comparação com as aplicações financeiras tradicionais”.

As baixas taxas de juros dos financiamentos imobiliários e a disponibilidade de recursos no mercado estimularam a demanda por imóvel próprio. O fato de as pessoas passarem mais tempo em casa por causa da pandemia, por sua vez, fez crescer a procura por imóveis maiores, dando mais dinamismo ao mercado. Embora ressalve que ainda é difícil fazer projeções para todo o ano, França estima que os lançamentos podem crescer 40% e as vendas, 30% em 2021. Nem o ciclo de alta da Selic deve conter a demanda.

Vendas de siderúrgicas crescem em ritmo chinês, apesar da alta no preço do aço (16/06/2021)

O Estado de S. Paulo

No mundo da indústria siderúrgica os executivos costumam abrir as suas apresentações aos leigos discorrendo sobre a estreita correlação existente entre a evolução do PIB e o consumo de aço no País. “O aço e o PIB andam juntos”, afirmam.

Mas, quando se compara o desempenho do setor e o da economia como um todo nos últimos meses e as perspectivas que se desenham para o futuro imediato, a correlação entre os dois indicadores não se mostra tão próxima quanto se diz. Embora a atividade econômica esteja ganhando tração e analistas projetem um crescimento de 5% para o PIB neste ano, o mercado de aço está crescendo em ritmo chinês, superando, de longe, a performance média da economia. Segundo os dados do Instituto Aço Brasil, a entidade que reúne as siderúrgicas do País, a produção de aço bruto deverá crescer 11,3% em 2021, mais do que o dobro das previsões mais otimistas feitas para o PIB. Hoje, de acordo com dados do instituto, as usinas estão operando com 75% da capacidade instalada, em nível superior aos 63% do período pré-covid. Retomada em ‘v’. Puxadas pelo aumento do consumo dos setores de máquinas e equipamentos, construção civil, eletroeletrônicos e veículos, especialmente caminhões, todos com crescimento acima do PIB, as vendas no mercado interno alcançaram 7,9 milhões de toneladas de aço no primeiro quadrimestre, superando o resultado de 2013, considerado o pico do setor, no mesmo período. Isso em cima de um crescimento de 3,5% registrado em 2020, já em meio à pandemia.

Esse desempenho parece ainda mais impressionante quando se leva em conta que, além de ocorrer em plena pandemia, ele se dá num cenário de explosão dos preços do aço no País e no exterior, em decorrência da alta no custo do minério de ferro e de outras matérias-primas e da mudança de posição da China no mercado, reduzindo exportações e aumentando importações do produto.

Um levantamento feito pela S&P Global Platts, que acompanha o setor, aponta que o preço médio por tonelada de aço plano (bobina a quente), utilizado em produtos da linha branca, eletroeletrônicos e veículos, subiu 172,4% em reais nos últimos 12 meses, enquanto o preço do aço longo (vergalhão), usado na construção civil, aumentou 153,3%. Quando o dólar estava subindo, parte da explicação para a alta dos preços, recaía sobre o câmbio. Mas, com o dólar acumulando queda de 3,6% em relação ao real de junho de 2020 a maio de 2021, o efeito cambial já não entra mais na conta. “A alta de preços do aço é um fenômeno mundial”, afirma Carlos Loureiro, presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda).

Para atender o mercado interno, que até agora se mostra surpreendentemente resiliente ao salto nos preços, apesar da gritaria crescente dos grandes consumidores, as siderúrgicas reduziram as exportações. Ao mesmo tempo, houve um aumento considerável nas importações, que dobraram nos primeiros quatro meses de 2021 em relação ao mesmo período do ano passado. Ainda assim, num quadro que lembrou, de certa forma, o Plano Cruzado, de 1986, quando a demanda explodiu e houve falta generalizada de produtos, algumas montadoras chegaram a parar parte da produção por falta de aço e outros insumos, no fim de 2020 e no início deste ano. Construtoras e fabricantes de máquinas e equipamentos e de aparelhos eletroeletrônicos enfrentaram problemas semelhantes.

Hoje, embora haja maior equilíbrio entre a oferta e a demanda, ainda há relatos de falta de aço na praça, em especial por parte de representantes da construção civil. Os prazos de entrega das encomendas se alongaram e os estoques dos distribuidores de aço, que vendem para os consumidores de pequeno e médio portes ainda estão 20% abaixo da média pré-pandemia. Temendo falta de produtos e novas altas de preços, muitas empresas passaram a fazer estoques preventivos, o que agrava o problema. Outras ainda estão tentando recompor os estoques desovados no auge da crise para fazer caixa e enfrentar a queda brusca na demanda.

“Você conversa com os empresários e vê que eles não conseguem o produto de que precisam”, diz o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. Alegando a necessidade de haver um “choque de oferta” de aço no País, para acabar com o ‘desabastecimento”, ele apresentou um pedido ao

Ministério da Economia para reduzir a alíquota de importação do aço de 12% para 1% durante seis meses, prorrogáveis por mais seis.

Lopes, do Instituto Aço Brasil, pediu ao presidente Bolsonaro para não reduzir a tarifa de importação, nega que haja desabastecimento e diz que Martins é o único representante dos grandes consumidores que afirma ainda haver problemas de oferta no mercado.

Mais que o desabastecimento, o grande problema hoje parece ser a escalada dos preços e o impacto que ela pode ter nos produtos que usam o aço como insumo. A própria construção civil, que costuma vender imóveis com “preço fechado” e só iniciar a produção depois, talvez seja a área mais atingida pela questão e ainda busca formas de equacioná-la. Mas os setores de máquinas, eletroeletrônicos e veículos estão sendo afetados e preveem impacto nas vendas se os preços do aço não cederem, por não ter como absorver elevação nos custos desse porte. “A gente está muito preocupado”, diz José Jorge do Nascimento Júnior, presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

No setor de máquinas e equipamentos, que está “bombando”, com crescimento de 28% no primeiro trimestre, de acordo com o IBGE, há um movimento para facilitar as importações de aço. Na visão de José Velloso Dias Cardoso, presidente da Abimaq, “vale a pena importar”, apesar da demora de cinco meses para entrega. Segundo ele, o aço da China chegaria ao Brasil, já com o frete e o Imposto de Importação, de 12%, mais barato do que o produzido aqui.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação - Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS (16/06/2021)

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalhar	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Quantidade	39	13	19	2
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP